



POLÍTICAS DE CIRCULAÇÃO DE LIVROS DIDÁTICOS DE ALFABETIZAÇÃO NO SUL DE MATO GROSSO E SEUS MÉTODOS (1927-1961)¹

Thaise da Silva²Estela Natalina Mantovani Bertolotti³

RESUMO

Neste estudo, analisam-se dispositivos de circulação de livros didáticos de alfabetização, também denominados *cartilhas*, na escola primária do sul do estado de Mato Grosso, entre 1927 e 1961. Para tanto, realizou-se uma pesquisa qualitativa de base documental, na qual foram examinados documentos legais de cunho nacional e estadual, que nortearam o ensino primário durante este período. A partir dos documentos investigados, buscou-se compreender o investimento feito para ensinar a ler e a escrever à luz desses artefatos. Os resultados alcançados indicam que os dispositivos legais analisados, de forma direta ou indireta, indicavam o método de alfabetização e os livros didáticos que deveriam circular naquele contexto, subjetivando práticas didáticas e a forma de pensar a alfabetização a cada nova lei ou decreto criados.

Palavras-chave: História da alfabetização. Políticas públicas. Livros didáticos de alfabetização.

CIRCULATION POLITICS OF LITERACY TEXTBOOKS IN THE SOUTH OF MATO GROSSO AND THEIR METHODS (1927-1961)

ABSTRACT

In this study, literacy textbooks circulation devices, also known as *primers*, are analyzed in primary school in South of the state of *Mato Grosso*, between 1927 and 1961. Thereunto, a qualitative documentary research was carried out, in which national and state legal documents that guided primary education during this period were examined. From the documents investigated, we sought to understand the investment made to teach reading and writing under the light of these artifacts. The obtained results indicate that the analyzed legal devices, directly or indirectly indicated the method of literacy and textbooks that should circulate in that context, suggesting didactic practices and the way of thinking about literacy with each new law or decree created.

¹ Neste artigo, apresentam-se alguns dos resultados alcançados em pesquisa de pós-doutorado financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (PNPD/Capes).

² Professora permanente do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal da Grande Dourados - Mato Grosso do Sul (UFGD) e professora adjunta da área de Currículo e Alfabetização (UFGD). Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Infantil e Infância (GEINFAN) do diretório do CNPq. Foi coordenadora do Curso de Pedagogia (UFGD, 2014- 2017) e coordenadora adjunta do Curso de Especialização em Docência na Educação Infantil (UFGD/MEC, 2015-2016). Tem graduação em Pedagogia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS - 2000), especialização em Alfabetização pela Faculdade Porto-Alegrense (FAPA – 2004), mestrado em Educação pela UFRGS (2008) e doutorado em Educação pelo Programa de Pós-Graduação da mesma instituição (2012). E-mail: <thaisedasilva77@gmail.com>

³ Licenciada em Letras pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (1990); Mestre em Educação pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (1997); Doutora em Educação pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2006); pós-doutorado em Educação Escolar pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2011); pós-doutorado em Educação na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2014). É professora da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, atuando no curso de Pedagogia, especialização em Educação e mestrado em Educação. E-mail: <estelanmb@gmail.com>



Keywords: History of literacy. Public politics. Literacy textbooks.

POLÍTICAS DE CIRCULACIÓN DE LIBROS DIDÁCTICOS DE ALFABETIZACIÓN EN EL SUR DE MATO GROSSO Y SUS MÉTODOS (1927-1961)

Resumen

En este estudio se analizan dispositivos de circulación de libros didácticos de alfabetización, también denominados *cartillas*, en la escuela primaria del sur del estado de Mato Grosso, entre 1927 y 1961. Para ello, se realizó una investigación cualitativa de base documental, en la cual se examinaron documentos legales de cuño nacional y estadual que orientaron la enseñanza primaria durante este período. Desde los documentos investigados, se buscó comprender la inversión hecha para enseñar a leer y escribir a la luz de esos artefactos. Los resultados alcanzados indican que los dispositivos legales analizados, de forma directa o indirecta, indicaban el método de alfabetización y los libros didácticos que deberían circular en ese contexto, subjetivando prácticas didácticas y la forma de pensar la alfabetización a cada nueva ley o decreto creados.

Palabras clave: Historia de la alfabetización. Políticas públicas. Libros didácticos de alfabetización.

Introdução

A origem do livro didático⁴ está estreitamente ligada ao nascimento e à expansão dos sistemas nacionais de educação, ao longo dos dois últimos séculos (BENITO, 1997). Embora saibamos que a escola é muito mais antiga, nos moldes como a temos hoje, esta foi uma invenção da Modernidade que surgiu como *forma*, no sentido atribuído por Guy Vicent *et al.* (2001), constituída por: uma relação pedagógica entre mestre e aluno; um lugar específico (espaço/tempo); uma redefinição dos poderes civis e religiosos; um material específico para aprender a ler e escrever, sobretudo por meio de *civilidades*; e um manancial de regras que deveriam ser obedecidas. Nesses aspectos, vem contando com o livro didático para a difusão desse formato.

No Brasil, segundo Bertoletti e Silva (2016), desde a chegada dos jesuítas e a abertura da primeira escola, os livros didáticos se fazem presentes, tornando-se parte importante da cultura escolar. Estes trazem consigo a história e os discursos que marcaram cada fase por que passou o ensino em nosso país, sendo artefatos importantes para o desenvolvimento de pesquisas. De acordo com Soares (1996, p. 55),

⁴ Seguindo a tradição lexical das pesquisas brasileiras (CHOPPIN, 2009), neste texto, optamos pela expressão *livro didático* para designar textos para ensino de matérias escolares, produzidos propositadamente ou apropriados para esse fim.

[...] o livro didático instituiu-se, historicamente, bem antes [do] estabelecimento de programas e currículos mínimos como instrumento para assegurar a aquisição de saberes escolares, isto é, daqueles saberes e competências julgados indispensáveis à inserção das novas gerações na sociedade, aqueles saberes que a ninguém é permitido ignorar.

No entanto, o caráter instrumental do livro didático e sua modéstia em relação ao livro em geral, fez dele, por muito tempo, um objeto de pouca atenção e, conseqüentemente, um objeto de pesquisa muitas vezes de difícil acesso (PUELLES BENÍTEZ, 2000). Como lembra Tiana Ferrer (2000), apesar da longa história do livro didático no campo educacional, esse material foi concebido como eminentemente instrumental. O fato de ter sido relegado a um objeto de segunda categoria, talvez justifique a falta de interesse dos historiadores por esse artefato, até os anos de 1980 (CHOPPIN, 2002).

Para Munakata (2009), o livro didático é um dispositivo fundamental na constituição da formação escolar e na consolidação e generalização da cultura impressa. Na educação escolar, ele é um dos recursos que tornam possível o ensino simultâneo; permite a sistematização dos saberes a serem transmitidos; projeta e organiza as práticas de ensino; e faz a mediação entre o currículo prescrito e o currículo em ação. Como mercadoria, envolve grande contingente de trabalhadores na sua produção, que elaboram estratégias editoriais e de venda; como objeto de políticas públicas, estabelece conexão peculiar entre Estado, mercado e ensino.

Por sua vez, Lajolo (1996, p. 4) reconhece que

[...] didático é o livro que vai ser utilizado em aulas e cursos, que provavelmente foi escrito, editado, vendido e comprado, tendo em vista essa utilização escolar sistemática. Sua importância aumenta ainda mais em países como o Brasil, onde uma precaríssima situação educacional faz com que ele acabe determinando conteúdos e condicionando estratégias de ensino, marcando, pois, de forma decisiva, o que se ensina e como se ensina o que se ensina.

Neste estudo, direcionamos nosso olhar para as políticas de circulação de livros didáticos de alfabetização, em algumas épocas, também denominados *cartilhas*. Tratar destes materiais é contar um pouco da história dos métodos, das metodologias e das teorias que marcaram a história da alfabetização em nosso país. Maciel (2002) pondera que construir a história da alfabetização por intermédio das cartilhas é uma das formas pelas quais podemos analisar historicamente as tendências metodológicas, o ideário pedagógico subjacente às

cartilhas e, de certa forma, as políticas públicas que ofereciam chancelas aos autores por meio de indicações, autorizações, convênios, etc. Essas oferendas governamentais poderiam ser uma estratégia de controle da tarefa de ensinar mediante a atuação do professor em um período em que o número de docentes que exerciam a docência sem formação na área era significativa.

Diante disso, nosso objetivo é compreender os investimentos para circulação das cartilhas, a partir de políticas governamentais em relação às estratégias metodológicas adotadas no sul do Mato Grosso⁵ para a alfabetização na escola primária, no período de 1927 a 1961. Para isso, nos amparamos em dispositivos legais de cunho nacional e regional, que institucionalizaram o ensino primário e a forma de alfabetizar as crianças, e que exerceram influências sobre a prática pedagógica e metodológica de professores, por meio de políticas de circulação de livros didáticos no sul do estado. Nesse intervalo de quase 40 anos, muitos e variados foram os documentos que se ocuparam tanto de regulamentar a instrução pública primária, seus métodos e metodologias que, direta ou indiretamente, influenciaram na produção, difusão e circulação de livros didáticos, quanto de regulamentar o próprio movimento desses. Em âmbito nacional, elegemos: o Decreto-Lei nº 868, de 18 de novembro de 1938 (BRASIL, 1938a), que criou, no Ministério da Educação e Saúde, a Comissão Nacional de Ensino Primário; o Decreto-Lei nº 1.006, de 30 de dezembro de 1938 (BRASIL, 1938b), que estabeleceu as condições de produção, importação e utilização do livro didático; a Portaria Ministerial nº 253, 27 de dezembro de 1940 (BRASIL, 1940), que instalou a Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD); o Decreto-Lei nº 8.460, de 26 de dezembro de 1945 (BRASIL, 1945), que reestruturou o Decreto-Lei de 1938 (BRASIL, 1938a); o Decreto-Lei nº 8.529, de 2 de janeiro de 1946 (BRASIL, 1946), que regulamenta a Lei Orgânica do Ensino Primário; e a Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961 (BRASIL, 1961), que fixou as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Em âmbito estadual, elegemos: o Decreto nº 759, de 22 de abril de 1927 (MATO GROSSO, 1927), que regulamentou a instrução pública primária do estado de Mato Grosso; a Lei nº 452, de 24 de novembro de 1951 (MATO GROSSO, 1951), que implantou a Lei Orgânica do Ensino Primário do estado de Mato Grosso, além de relatórios da instrução; e a Lei nº 866,

⁵ Ao referirmos em nossos estudos ao sul do estado de Mato Grosso estamos tratando do território que hoje corresponde ao estado do Mato Grosso do Sul. No período abordado nesta pesquisa, Mato Grosso do Sul ainda não era um estado constituído, o que se deu somente em 1977, pela Lei Complementar nº 31.

de 22 de outubro de 1956 (BRASIL, 1956), que regulamentava o cargo de Inspetor Regional do Ensino Primário. Lastreadas nestas fontes documentais, as políticas de circulação de livros didáticos permitiram diversos sentidos para esses materiais no sul de Mato Grosso, sentidos esses que buscamos compreender neste texto.

1. Ensino Primário e livro didático de alfabetização: legislação nacional e estadual

O olhar que lançamos sobre as normatizações para o ensino e para a circulação de livros didáticos é o de identificar orientação e correntes teóricas e metodológicas que influenciaram as turmas de alfabetização. Nossa inserção analítica, no que diz respeito às leis que regulamentam o ensino primário no Brasil, considera o Decreto-Lei nº 868, de 18 de novembro de 1938 (BRASIL, 1938a), que criou no Ministério da Educação e Saúde, a Comissão Nacional de Ensino Primário⁶, como já explicitado. Segundo este dispositivo legal, eram competências desta Comissão criar campanhas para o combate ao analfabetismo, em cooperação de esforços com estados e municípios; nacionalizar integralmente o ensino primário em todos os núcleos de população de origem estrangeira; caracterizar a diferenciação que deveria ser dada ao ensino primário das cidades e das zonas rurais; estudar a estrutura a ser dada ao currículo primário, bem como as diretrizes que deveriam presidir a elaboração dos programas do ensino primário.

Percebe-se, ao analisar o documento, que a grande meta a ser atingida era a da ampliação do número de alfabetizados no Brasil, e a estratégia utilizada para isso era a organização do ensino primário. É importante mencionar que estamos em plena *Era Vargas* (1930-1945), na qual a questão da nacionalização e a implantação da língua portuguesa em todo o território nacional torna-se preponderante. Trindade (2004) trata da importância do livro didático nesta tarefa de uniformizar o uso da língua e de construir o espírito nacional em um país marcado por uma diversidade de povos migrantes que mantinham seus costumes, sua língua e sua organização escolar. Como se nota, o documento chama atenção para as

⁶ É importante pontuar que, embora somente em 1938 tenha sido criada uma Comissão Nacional de Ensino Primário, desde o final do império, o Brasil já contava com um Conselho de Instrução Pública responsável pelo ensino da época e, entre outras atribuições, pelo exame, aprovação e adoção das obras pedagógicas, sendo proibida a adoção de livros nas escolas públicas sem ordem do diretor geral e anuência desse Conselho; com a instalação do regime republicano, esse conselho foi substituído, em 1897, pelo Conselho Escolar, retomando a denominação anterior ao final da Primeira República, para ser substituído por Comissões Permanentes de Exame de Obras Pedagógicas, com regulamentações e estruturas distintas (TRINDADE, 2004).

peculiaridades da educação a ser desenvolvida na cidade e no campo. Porém, manifesta preocupação com uma unidade curricular e de diretrizes que garantissem unidade ao ensino primário da época.

No Decreto-lei nº 868, de 18 de novembro de 1938 (BRASIL, 1938a) não é mencionada nenhuma orientação quanto à metodologia a ser utilizada em sala de aula. Entretanto, é importante destacar que, neste mesmo ano, é promulgado o Decreto-Lei nº 1.006, de 30 de dezembro de 1938 (BRASIL, 1938b), que estabelece as condições de produção, importação e utilização do livro didático. Segundo este documento, o Brasil era um país livre, no que diz respeito à produção ou a importação de livros didáticos. A partir de janeiro de 1940, os livros didáticos que não tiveram autorização prévia, concedida pelo Ministério da Educação e Saúde, não poderiam ser adotados no ensino das escolas em toda a República. É enfatizado, neste documento, que os poderes públicos não poderiam determinar a obrigatoriedade de adoção de um só livro ou de determinados livros para cada grau de ensino, sendo destinado, aos diretores das escolas primárias, a escolha destes materiais para uso dos alunos, desde que este constasse na relação oficial das obras de uso autorizado e atendesse à orientação didática dos programas escolares.

Os livros escolhidos pelos diretores do ensino primário deveriam ser pré-selecionados pela Comissão Nacional do Livro Didático. A estes profissionais – escolhidos dentre pessoas de *notório preparo pedagógico e reconhecido valor moral* – caberia analisar os livros, autorizando ou não a circulação deles; estimular a produção e orientar a importação de livros didáticos, bem como indicar a tradução de livros estrangeiros de notável valor. O documento ainda adverte que seria negada a circulação de livros que apresentassem inadequação de várias ordens, entre elas, as metodológicas. No entanto, nada é citado, no que diz respeito às tendências da época.

Sobre a produção das cartilhas, Mortatti (2000) esclarece que, apesar de encontrarmos alguns manuais produzidos por brasileiros na segunda metade do século XIX, o impulso nacionalizante das cartilhas ocorreu somente em alguns estados brasileiros, a partir de 1890, e foi se solidificando nas primeiras décadas do século XX⁷. As primeiras cartilhas

⁷ O processo de nacionalização do livro didático produzido por brasileiros foi uma necessidade apontada desde o final do século XIX, uma vez que havia o interesse da organização republicana de instrução pública de que tais livros estivessem adequados à realidade brasileira. Tal anseio fez com que ocorresse uma expansão do mercado editorial brasileiro, o qual encontrou na escola um espaço privilegiado de circulação e público consumidor de seus produtos (TRINDADE, 2004).

nacionais foram acompanhando, assim, o movimento realizado pelas cartilhas importadas e seus métodos.

Ao final da Primeira República, o discurso predominante era o que defendia o método intuitivo, da valorização da infância como um mundo diferente do adulto, do civismo e da nacionalização. Com isso, novas metodologias passaram a ser aceitas e ampliaram-se as obras aprovadas. Para Maciel (2002), esse período é marcado pelos princípios escolanovistas, que propunham um rompimento com o modelo pedagógico tradicional. Este conflito metodológico talvez possa justificar o silenciamento nos dois decretos nacionais de 1938 que, embora façam inferência sobre a importância de ter diretrizes que unifiquem o ensino primário, garantem a liberdade de escolha de livros que trazem consigo metodologias de alfabetização diferenciadas.

Enquanto o Decreto-Lei nº 868, de 18 de novembro de 1938 (BRASIL, 1938a), que cria, no Ministério da Educação e Saúde a Comissão Nacional de Ensino Primário, silencia sobre as questões metodológicas no que diz respeito à alfabetização no Brasil, conforme apontado. O Decreto nº 759, de 22 de abril de 1927 (MATO GROSSO, 1927), que regulamenta a Instrução Pública Primária do Estado de Mato Grosso, posiciona-se no que diz respeito a várias questões.

Segundo o referido decreto, em seu artigo 3º, o ensino público primário deveria ser “gratuito e obrigatório a todas as crianças normais, analfabetas, de 7 a 12 anos, que residirem até 2 quilômetros de escola pública”. As escolas públicas primárias eram categorizadas em: escolas isoladas rurais; escolas isoladas urbanas; escolas isoladas noturnas; escolas reunidas e grupos escolares, assim denominadas de acordo com o local e o número de turmas existentes. Quanto aos métodos de ensino e às prescrições pedagógicas essenciais, o Artigo 91 deste documento menciona que os professores deveriam observar as seguintes normas:

- 1) passarão sempre, no ensino de qualquer disciplina, do concreto para o abstrato, do simples para o composto e o complexo, do imediato para o mediato, do conhecido para o desconhecido [...]
- 5) empregarão, no ensino da leitura, o método analítico; [...]
- 11) evitarão a rotina e acompanharão de parte as lições, a experiência didática e da ciência pedagógica (MATO GROSSO, 1927, n.p.).

O Artigo 161 deste mesmo regulamento atribui, aos inspetores gerais do ensino, a função de visitar as escolas do estado, com o objetivo de verificar, entre outras coisas, os livros adotados; os materiais existentes e sua conservação; os métodos de ensino empregados e os programas do ensino.

O mesmo Regulamento ditava o seguinte Programa para as classes de alfabetização: “1º ano – Leitura e linguagem oral e escrita; aritmética; geografia; ciências físicas e naturais; educação higiênica; instrução moral e cívica; desenho; trabalhos manuais; canto” (BRASIL, 1942, p. 17).

Maciel (2003), ao tratar da realidade do estado de Minas Gerais, relata o quanto era comum que leis e decretos ditassem a metodologia a ser adotada em uma determinada unidade da federação. A autora pondera que

Os métodos de ensino da leitura, geralmente, vinham determinados nas leis e nas regulamentações da instrução primária. Buscar a uniformidade na instrução primária por meio dos métodos de ensino era uma das formas de se garantir o controle do governo sobre o processo de escolarização da população mineira (MACIEL, 2003, p. 234).

Trindade (2004), por sua vez, explica que, até a década de 1960, foram intensas as disputas entre os métodos analíticos e sintéticos, e toda a produção teórica acadêmica buscava analisar qual deles era o mais eficiente. Durante aquele período, métodos e técnicas alternaram-se quanto ao reconhecimento e eficácia, predominando ora um, ora outro nas turmas de alfabetização. O documento analisado cita o método analítico como o escolhido para ser utilizado em Mato Grosso. Este método toma como ponto de partida uma unidade com significado, e contrapõe-se à fragmentação - tida por ele como *sem sentido*, que é a base dos métodos sintéticos.

Segundo Amâncio e Cardoso (2006), mesmo antes do Decreto nº 759 (MATO GROSSO, 1927) entrar em vigor, já existia, por parte das instituições educacionais do estado, um forte trabalho em defesa do método analítico (oficialmente desde 1915). Segundo as autoras, o referido documento apenas *obligou* os professores a adotarem este método de alfabetização, multiplicando o número de títulos de cartilhas que trabalhavam com esse princípio. No entanto, na prática, nem sempre os professores alfabetizavam com o método analítico. De acordo com estudos de Bertoletti e Silva (2014, n.p.), entre 1940 e 1960, a

execução, pelos professores alfabetizadores do programa de ensino em Paranaíba, município localizado no sul de Mato Grosso,

[...] ficava circunscrita a ensinar a ler e escrever, com desenvolvimento de alguns conhecimentos matemáticos; e o método adotado era, geralmente, desconhecido, por isso empírico; ou seja, entre o prescrito e o praticado na alfabetização de crianças em Mato Grosso houve larga distância.

Enquanto o Regulamento Estadual de 1927 prega a utilização do método analítico e muitos professores ainda utilizavam métodos empíricos, Mortatti (2000) esclarece que, a partir de 1930, as cartilhas produzidas e em circulação no estado de São Paulo passaram a se basear em métodos analítico-sintéticos⁸ – também denominados de mistos ou ecléticos – em decorrência da difusão e repercussão dos *Testes de ABC*, de Lourenço Filho (1933), cuja finalidade era medir o nível de maturidade necessário ao aprendizado da leitura e da escrita, visando a atingir maior rapidez e eficiência na alfabetização.

Como se observa, o regulamentado em Mato Grosso corria na contramão dessa realidade. Não é à toa que Lourenço Filho, em 1942, à frente do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), comentando os dados da organização do ensino primário em Mato Grosso, indica o anacronismo da legislação:

A organização do ensino, como se vê pela súmula da legislação contida neste boletim, é das mais singelas; o ensino primário obedece ainda a um regulamento datado de 1927. [...] Deve-se confessar, [...] que os programas e a orientação geral do ensino estão a exigir revisão, para que melhor se adaptem às necessidades gerais da vida, do Estado e às peculiaridades de trabalho, em cada uma de suas distintas zonas de produção (LOURENÇO FILHO, 1942, p. 8).

De volta ao cenário nacional, em 1940, a Portaria Ministerial nº 253, de dezembro de 1940 (BRASIL, 1940) instalou a Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD). Esta comissão possuía mais uma função de controle político-ideológico do que propriamente uma função didática (FREITAG, 1987), uma vez que a criação da CNLD ocorreu no período do Estado Novo, um momento político autoritário, no qual se buscava garantir a identidade nacional. A CNLD tinha como tarefa fazer o controle da adoção dos livros, de forma que eles possibilitassem o

⁸ O método sintético caracteriza-se pela associação das partes para se chegar ao todo; ou seja, associação das letras e sílabas para a formação das palavras. Trabalha-se com a lógica da somatória. O método analítico parte do todo (contos, frases, palavras) para a análise das partes (sílabas e letras). O método referido acima trata-se de uma associação entre os métodos analítico e sintético.

desenvolvimento de um espírito de nacionalidade e, assim, os aspectos morais, cívicos e políticos sobrepunham-se aos didáticos-metodológicos (OLIVEIRA; GUIMARÃES; BOMÉNY, 1984). Após questionamentos sobre a legitimidade dessa comissão, muito criticada pelos intelectuais da época, que a acusavam de ter uma função controladora, de caráter político e ideológico ao invés de didático, em 1945, o Estado consolidou a legislação sobre as condições de produção, importação e utilização do livro didático.

O Decreto-Lei nº 8.460, de 26 de dezembro de 1945 (BRASIL, 1945) reestruturou o Decreto-Lei nº 868, de 18 de novembro de 1938 (BRASIL, 1938a). Elaborado no fim da *Era Vargas*, este novo documento legal trouxe as seguintes novidades, se comparado ao decreto que o antecedeu: passou a ser destinada aos professores das escolas primárias a escolha do livro didático para uso dos alunos, desde que este constasse na relação oficial das obras de uso autorizado e atendesse à orientação didática dos programas escolares; oficializaram-se as Caixas Escolares⁹ nas escolas primárias, tendo como principal função a compra de livros didáticos às crianças carentes, o que permite inferir que a distribuição de livros por parte do governo era insuficiente; o Instituto Nacional do Livro (INL) passou a ser o responsável pela publicação de livros didáticos para o uso nos estabelecimentos de ensino do país; o documento manteve a advertência de que seria negada a circulação de livros que apresentassem inadequação metodológica. No entanto, advertia que não poderia ser negada autorização para uso de qualquer livro didático, por motivo de orientação pedagógica, evidenciando que estes livros eram importantes agentes de subjetivação de professores, uma vez que traziam consigo concepções sobre a melhor forma de ensinar e aprender.

Silva (2012), ao traçar uma trajetória dos estudos na área da alfabetização, tendo objeto de investigação os livros didáticos de alfabetização, pondera que é possível ilustrar como as teorias produzem e tornam verdadeiros determinados discursos, definindo, a partir deles, formas de ensinar e aprender, bem como a valorização de certas atitudes, ao definir a forma de agir não só de professores, mas de autores didáticos e gestores educacionais. A autora reconhece a multiplicidade de discursos institucionais e acadêmicos como produtos culturais marcados por uma racionalidade datada e identificada em autorias. Desta forma, permite discutir como ocorre sua invenção, bem como suas representações e seus

⁹ A Caixa Escolar estava prevista no Regulamento da Instrução Pública Primária do Estado, de 1927, e consistia na arrecadação de fundos junto à sociedade para custear uniformes, livros e outros materiais didáticos e de expediente das escolas públicas do estado de Mato Grosso.

deslocamentos, sem perder de vista como disputam espaço para o seu reconhecimento acadêmico. Diante disso, podemos inferir, novamente que, ao garantir a circulação de livros com diferentes orientações pedagógicas, não há uma unanimidade quanto à concepção de alfabetização a ser adotada, deixando transparecer as disputas metodológicas já mencionadas acima.

Inspirado no Decreto-lei nº 8.529, de 2 de janeiro de 1946 - Lei Orgânica do Ensino Primário (BRASIL, 1946), o estado de Mato Grosso promulgou a Lei nº 452, de 24 de novembro de 1951, Lei Orgânica do Ensino Primário do estado de Mato Grosso (MATO GROSSO, 1951), que substituiu o Regulamento de 1927. Segundo os dois documentos, de 1946 e de 1951, a finalidade do Ensino Primário era a de proporcionar a iniciação cultural, o desenvolvimento de virtudes morais e cívicas, o desenvolvimento da personalidade e levar o nível dos conhecimentos necessários para o convívio familiar, à manutenção da saúde e à iniciação no trabalho.

Os estabelecimentos de ensino primário mantidos pelos poderes públicos eram assim categorizados, de acordo com o número de turmas e professores: escola isolada, escolas reunidas, grupo escolar e escola supletiva. A distinção entre escolas urbanas e rurais, aparentemente, deixou de existir.

O ensino primário passou a ser categorizado em fundamental (elementar e complementar) e supletivo. No fundamental elementar, deveriam ser ministradas as seguintes disciplinas: leitura e linguagem oral e escrita, iniciação matemática, geografia e história do Brasil, conhecimentos gerais aplicados à vida social, à educação para a saúde e ao trabalho, desenho e trabalhos manuais, canto orfeônico e educação física.

No que diz respeito ao ensino primário fundamental, os seguintes princípios metodológicos foram pontuados:

- 1) Desenvolver-se de modo sistemático e graduado, segundo, os interesses naturais da infância;
- 2) ter como fundamento didático as atividades dos próprios discípulos;
- 3) apoiar-se nas realidades do ambiente em que se exerça, para que sirva à sua melhor compreensão e mais proveitosa utilização; [...]
- 4) desenvolver o espírito de cooperação e o sentimento de solidariedade social;
- 5) revelar as tendências e aptidões dos alunos, cooperando para o seu melhor aproveitamento no sentido do bem estar individual e coletivo;
- 6) inspirar-se, em todos os momentos, no sentimento da unidade nacional e da fraternidade humana (MATO GROSSO, 1951, n.p.).

A preocupação com o desenvolvimento de atividades de forma gradual, respeitando o ritmo e os interesses da criança, partindo da sua realidade em busca do bem-estar individual e coletivo parece ser a marca de uma educação que tem como princípios os ideais da Escola Nova. Peres (1999, p. 93), ao referir-se a uma cartilha utilizada no Rio Grande do Sul neste período, complementa:

Condenando sempre a falta de sentido da leitura então praticada na escola, o anacronismo dos *métodos ABC*, a ausência de significado no ato de aprender a ler, o aborrecimento, a fadiga e a monotonia dos métodos que faziam uso apenas de letras e dos sons para o ensino da leitura, há, no *Queres Ler?*, a defesa da possibilidade de a leitura na escola ser algo vivo, animado, interessante.

A tendência defendida na lei de 1951 (MATO GROSSO, 1951) parece chamar a atenção para as relações que devem se estabelecer entre educação e produção de significado: estudar deveria ser uma atividade que aproveitasse a curiosidade da criança e favorecesse sua iniciativa e sua autonomia, combatendo as antigas práticas de ensino e de alfabetização. Amâncio e Cardoso (2006) pontuam que, por mais de um século (todo o século XIX e parte do XX), vigorou no estado do Mato Grosso o método da soletração¹⁰, representado nas *Cartas ABC*. Aparentemente é esta prática que se estava tentando combater, embora desde 1927 a alfabetização sem sentido estivesse sendo considerada inadequada pela legislação do estado. É importante chamar atenção que, ao contrário do Decreto nº 759, de 22 de abril de 1927 (MATO GROSSO, 1927), que deixa clara a opção do estado pelo método analítico, a Lei nº 452, de 24 de novembro de 1951 (MATO GROSSO, 1951) prefere silenciar sobre este tema. Sobre o assunto, resta questionarmos: estes silenciamentos, também apontados por Amâncio e Cardoso (2006), estariam significando uma liberdade didático-metodológica em tempo de *guerra dos métodos*? Segundo as autoras, esta indefinição metodológica não influenciou significativamente, no que diz respeito à produção e circulação de cartilhas da época. Este cenário só passa por alterações significativas na década de 1970¹¹.

¹⁰ Considerado um estágio inicial da aprendizagem da leitura, a soletração limitava-se a decorar algo sem realmente saber ler.

¹¹ Segundo Amâncio e Cardoso (2006), no que tange à produção didática, Mato Grosso foi somente usuário/consumidor do mercado editorial de outras regiões brasileiras, rompendo com essa tradição, apenas nos anos de 1970, com a produção da cartilha *Ada e Edu*.

Em 1961 temos a criação da primeira LBD, a Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961 (BRASIL, 1961), que fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Segundo este documento, a educação nacional tem por finalidade a compreensão dos direitos e deveres da pessoa e dos grupos sociais, respeitando a liberdade e a dignidade do indivíduo. A formação do cidadão e o respeito à família e à pátria são pontuados, buscando desenvolver o espírito cívico e promotor do bem comum, sem distinção de raça, classe ou convicção política, filosófica ou religiosa. O preparo para o uso das novas tecnologias e a preservação e expansão do patrimônio cultural também são mencionados.

A educação passa a ser um direito de todos, e deve ser dada no lar e na escola. O ensino era organizado em primário e médio: o “ensino primário tem por fim o desenvolvimento do raciocínio e das atividades de expressão da criança, e a sua integração no meio físico e social” (BRASIL, 1961). Este deveria ser ministrado em quatro séries, sendo obrigatório a partir dos sete anos, e na língua nacional.

Quanto à metodologia, o Artigo 20 do documento faz menção:

- 1) à variedade de métodos de ensino e formas de atividade escolar, tendo-se em vista as peculiaridades da região e de grupos sociais;
- 2) ao estímulo de experiências pedagógicas com o fim de aperfeiçoar os processos educativos (BRASIL, 1961).

Trindade (2004) lembra que, desde o final do século XIX, a leitura era um dispositivo importante para a educação cívica e moral, que poderia ser adquirida por meio dos livros de leitura e das cartilhas da época. A ideologia que informa os aspectos ligados à cidadania, nos textos das cartilhas, geralmente refere-se à família, à escola e à pátria. A família é apresentada, nas referidas cartilhas, como um mundo à parte, em si e para si, desvinculada da realidade social e econômica. Assim, os textos subjetivavam os alunos influenciando em sua formação, visando a formar o indivíduo para torná-lo um bom filho, um bom aluno e, no futuro, um bom trabalhador e um bom cidadão. “No caso dos livros de leitura, que incluiriam as cartilhas ou primeiros livros, a valorização da língua materna é destacada por ser importante à nossa identidade nacional, juntamente com a educação moral, cívica e intelectual” (TRINDADE, 2004, p. 215).

A diversidade metodológica também é pontuada, deixando espaço para que cada unidade da federação optasse por qual seguir, respeitando suas especificidades. Segundo Amâncio e Cardoso (2006), o estado de Mato Grosso passou a adotar, a partir de então, o método analítico-sintético, dando um novo rumo à alfabetização e à circulação de cartilhas no estado.

2. Orientações para a circulação de livros didáticos de alfabetização no sul de Mato Grosso

Embora no estado de Mato Grosso não se tenha verificado a produção de livros didáticos de alfabetização antes da década de 1970 (AMÂNCIO; CARDOSO, 2006), políticas de circulação já podem ser encontradas na legislação, pelo menos, desde 1927. De acordo com o Artigo 88 do Regulamento da Instrução Pública Primária do Estado (MATO GROSSO, 1927), os materiais e livros adotados nas escolas públicas do estado deveriam ser aprovados por comissão composta por diretor geral do ensino, inspetores gerais e inspetor médico; e, segundo o Artigo 89, no exame dos livros escolares, por essa comissão, deveria se observar: o estilo, o assunto e os atributos materiais da obra (impressão, formato, qualidade e cor do papel).

A aquisição e distribuição de *material de ensino* para as escolas instaladas no estado já vinham sendo apontadas nas mensagens de presidentes. A mensagem do Presidente Mario Corrêa da Costa acusava a carência de “material didactico e escolar” (MATO GROSSO, 1927, p. 122) nas 146 escolas disseminadas pelos municípios.

Nesse sentido, o Regulamento de 1927, talvez em uma tentativa de produção de livros didáticos com caráter mais local, incentivou a produção desses materiais, conforme Artigo 131.

[...] o professor público que compuser alguma obra didática de reconhecida utilidade, a juízo do Conselho Superior do Ensino, terá direito a um prêmio Pecuniário, arbitrado pelo governo do Estado, nunca inferior a 2:000\$000 nem superior a 5\$000\$000, além da impressão e publicação da obra às expensas dos cofres públicos (MATO GROSSO, 1927).

Em 1942, em relatório, o Diretor Geral da Instrução Pública, Francisco Alexandre Ferreira Mendes, ainda lastimava a falta de produção própria de livros didáticos adequados à realidade local e regional.

O problema do ensino primário em Mato Grosso, nas pequenas cidades e vilas do interior, apesar do empenho da administração estadual, não está ainda de acordo com os processos da Escola Nova, e isto em nada nos constrange, por isso que é o que se observa geralmente no Brasil. A causa? A falta da formação profissional dos membros do magistério e a falta de um intercâmbio de idéias [sic] entre os professores dos diversos Estados brasileiros. E para agravar a situação do ensino primário mato-grossense, há a falta do livro didático apropriado ao meio. Adotam-se nas escolas de todos os tipos, livros didáticos exclusivamente de autores paulistas, pois não temos autores didáticos no Estado. Não obstante reconhecermos a excelência e o valor moral dos livros didáticos dos ilustrados autores paulistas, precisamos convir que, apenas em algumas zonas sulinas de Mato Grosso, limítrofes com o Estado de S. Paulo, há pequenas semelhanças de hábitos e costumes e onde, por isso, tais obras produzem influência no espírito das crianças. No mais, os livros didáticos a que nos referimos, cuidam dos assuntos e problemas locais e algumas vezes dos gerais da economia e riquezas brasileiras, que muito influem na alma infantil das crianças das cidades. [...] Os livros didáticos pois, precisam obedecer de um modo especial aos meios de vida locais, para que, influenciando no espírito da criança, atue decisivamente na sua formação, atendendo à sua curiosidade natural (MATO GROSSO, 1942, n.p.).

No mesmo relatório, o Diretor apontou para a necessidade de revisão dos programas de ensino, como forma de resolver o problema do livro didático.

É medida que se impõe, desde que a educação visa principalmente a adaptar o homem ao meio. Precisa ser feita com meticulosidade, procurando focalizar os assuntos que despertam na alma infantil, o amor ao lugar em que nasceu, como um trecho integrante da Pátria comum. Com êste objetivo devemos resolver o problema do livro didático. Uma comissão composta de Professores de diversos Estados, encarregada de selecionar os livros didáticos a serem adotados, ou incumbida de elaborar outros adequados às diversas modalidades da vida brasileira, parece-nos, será caminho acertado e seguro para se concretizar a obra do ensino quanto a êste importante assunto. Com isto, entendemos mais lembrar que, o ensino ministrado nas escolas, encarando os problemas sociais e econômicos do meio em que atua, não pode se circunscrever somente à zona de ação do escolar. A educação deve acompanhar os ensinamentos de tudo o que se relaciona com a vida brasileira, de um modo geral, enraizando no espírito da criança, com o conhecimento das riquezas da terra do berço e das riquezas e esperanças do grande todo, que é a nação, o amor à pátria (MATO GROSSO, 1942, n.p.).

Apesar dos reclamos do relator, a Lei nº 452 - Lei Orgânica do Ensino Primário do estado de Mato Grosso, de 1951 (MATO GROSSO, 1951) não traz nenhuma menção com relação à circulação, distribuição ou adoção de livros didáticos, tampouco aponta soluções para os problemas indicados nos relatórios transcritos. Apenas menciona que o ensino primário deve seguir o estabelecido em lei, no que diz respeito à construção e ao

aparelhamento das escolas. Menciona, ainda, existência de Caixa Escolar, embora seja garantida a gratuidade do ensino.

Como forma de solucionar esses problemas e tarefa de controle, ao que tudo indica, a publicação da Lei nº 866, de 22 de outubro de 1956 (BRASIL, 1956), que regulamentava o cargo de Inspetor Regional do Ensino Primário, apresenta-se como investimento do poder estadual para controle e qualificação, tanto dos métodos de ensino quanto dos livros didáticos utilizados. Esse cargo, de acordo com a lei, poderia ser preenchido por professores do curso secundário, normalistas e diplomados no curso ginásial, científico e superior, e essa figura tinha o poder de inspecionar e fiscalizar todas as escolas, verificando, entre outros, os livros didáticos e os métodos adotados, além de propagar os métodos recomendados pelo Diretor Geral do Departamento de Educação e Cultura. Como ocorreu esse trabalho? O que foi legitimado no extenso estado de Mato Grosso, no que diz respeito à circulação de livros didáticos e os métodos que propagavam? Questões como estas podem ser respondidas, tanto a partir da investigação de relatórios desses inspetores quanto das reminiscências da memória e das fontes documentais escritas que restaram nos arquivos e acervos que tratam da escola primária do sul de Mato Grosso.

Conclusões

Ao analisar os diversos documentos legais de nível nacional e estadual que circularam no Brasil e no estado de Mato Grosso entre 1927 e 1961, foi possível perceber o quanto estes dispositivos, muitas vezes, definiram de forma direta ou indireta as correntes metodológicas e os livros didáticos que circularam neste estado.

No que diz respeito aos métodos de alfabetização, alguns dispositivos deixavam clara a obrigatoriedade de adoção de determinada metodologia; outros faziam inferência sobre como julgavam adequado à alfabetização de crianças; e outros silenciavam a este respeito.

O proposto nas regulamentações legais era elucidado nos livros didáticos que circularam na época, não sendo por acaso que, dentro do período analisado, existem dois decretos que regulamentam sobre eles. Se tomarmos o livro didático como objeto da cultura escrita que circula na escola, perceberemos que ele carrega consigo os saberes considerados

necessários a uma época, além de fatores pedagógicos, culturais e sociais determinantes um grupo hegemônico.

Frente a tais reminiscências, é possível perceber a discursividade e as relações de poder existentes nas leis, nos decretos, nos regulamentos e nos relatórios que legitimam, ora alguns discursos ora outros, ressignificando objetos e formas de ensinar e aprender. Diante disso, consideramos necessário repensar e problematizar estes artefatos legais e culturais que contam sobre um tempo histórico e fazem repensar a produtividade de determinadas práticas passadas, possibilitando lançar um novo olhar sobre o que é dito sobre elas.

Referências

AMANCIO, L. N. B.; CARDOSO, C. J. Parte III – Mato Grosso. In I. C. A. Frade; F. I. P. Maciel (Orgs.). **História da alfabetização: produção, difusão e circulação de livros (MG/RS/MT – Séc. XIX e XX)**. Belo Horizonte, MG: UFMG/FaE, 2006, p. 187-278.

BENITO, A. E. Libros para la escuela: La primera geración de manuales escolares. In: BENITO, A. E. (org.). **História Ilustrada del libro escolar en España**. Madrid: Fundación germán Sánchez Ruipérez, 1997. p. 19-46.

BERTOLETTI, E. N. M.; SILVA, M. C. Cultura escrita na escola primária: a circulação de livros didáticos para ensino de leitura (1928-1961). **Revista Brasileira de História da Educação**, 2016, v. 16, p. 373-403.

_____.; _____. Memória da profissão docente: ser e fazer-se alfabetizador no sul de Mato Grosso (1940-1960). In: **VI Congresso Internacional de Pesquisa (Auto) biográfica: entre o público e o privado: modos de viver, narrar e guardar**. Rio de Janeiro, 2014.

BRASIL. Decreto-Lei nº 868, de 18 de novembro de 1938. **Cria no Ministério da Educação e Saúde a Comissão Nacional de Ensino Primário**. Rio de Janeiro, 18 nov. 1938a.

_____. Decreto-Lei nº 1.006, de 30 de Dezembro de 1938. **Estabelece as condições de produção, importação e utilização do livro didático**. Rio de Janeiro, 30 nov. 1938b.

_____. Portaria Ministerial nº 253, 24 de dezembro de 1940. **Instala a Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD)**. Rio de Janeiro, 24 dez. 1940.

_____. Ministério da Educação e Saúde. **Organização do ensino primário e normal. XVII – Estado de Mato Grosso**. Boletim n. 22. Rio de Janeiro: INEP, 1942.

_____. Decreto-Lei nº 8.460, de 26 de dezembro de 1945. **Reestrutura o Decreto-Lei de 1938**. Rio de Janeiro, 26 dez 1945.

_____. Decreto-Lei nº 8.529, de 2 de janeiro de 1946. **Lei Orgânica do Ensino Primário**. Rio de Janeiro, 2 jan. 1946.

_____. Lei nº 866, de 22 de outubro de 1956. **Regulamenta o cargo de Inspetor Regional do Ensino Primário**. Rio de Janeiro, 22 out. 1956.

_____. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. **Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília. 20 dez. 1961.

CHOPPIN, A. O manual escolar: uma falsa evidência histórica. **História da Educação**, jan./abr. 2009, vol. 13, n.27, p. 9-75.

_____. O historiador e o livro escolar. **História da Educação**, abr. 2002, vol. 11, p. 5-24.

FREITAG, B. **O estado da arte do livro didático no Brasil**. Brasília: INPEP, 1987.

LAJOLO, M. Livro Didático: um (quase) manual de usuário. **Em Aberto**. jan./mar, 1996, ano 16, n.69, p. 4-19.

LOURENÇO FILHO, M. B. Introdução. In.: BRASIL. **Ministério da Educação e Saúde. Organização do ensino primário e normal. XVII – Estado de Mato Grosso**. Boletim n. 22. Rio de Janeiro: INEP, 1942. p. 7-9.

_____. **Testes ABC** – Para verificação da maturidade necessária ao aprendizado da leitura e da escrita. São Paulo: Melhoramentos, 1933.

MACIEL, F. I. História da alfabetização: perspectivas de análise. In: VEIGA, C. G.; FONSECA, T. N. L. **História e Histotografia da Educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003, p.227-252.

_____. As cartilhas e a história da alfabetização no Brasil: alguns apontamentos. In: **História da Educação**. ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas, n.11, abr 2002, p. 147-168.

MATO GROSSO. Decreto nº 759, de 22 de abril de 1927. **Regulamenta a instrução pública primária do estado de Mato Grosso**. Cuiabá, MT, 22 abr. 1927.

_____. **Relatório do Diretor Geral da Instrução Pública Francisco Alexandre Ferreira Mendes**. 1942.

_____. Lei nº 452, de 24 de novembro de 1951. **Lei Orgânica do Ensino Primário do estado de Mato Grosso**. Cuiabá, MT, 24 nov. 1951.

MORTATTI, M. R. L. Cartilha de alfabetização e cultura escolar: Um pacto secular. **Caderno CEDES**. nov. 2000, v. 20, n. 52, p. 23-42.

MUNAKATA, K. **História do Livro e do Livro Didático**. XXV Simpósio Nacional de História. Ceará, 2009. Disponível em: <<http://www.snh2009.anpuh.org/minicurso/view>>. Acesso em: 13 mar. 2010.

OLIVEIRA, J. B. A.; GUIMARÃES, S. D. P.; BOMÉNY, H. M. B. **A política do livro didático.** Campinas/SP: Summus: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1984.

PERES, E. A produção e o uso de livros de leitura no Rio Grande do Sul: Queres ler? E Quero ler. In: **História da Educação/ASPHE.** FaE/UFPE. Pelotas: Editora da UFPel. n.6 (out. 1999), p.69-78.

PUELLES BENÍTEZ, M. P. Los manuales escolares: un nuevo campo de conocimiento. **Revista Interuniversitaria-** Historia de la Educación. Salamanca, 2000, n. 19, p. 5-10.

SILVA, T. **Os “novos” discursos sobre alfabetização em análise:** os livros de 1º ano do ensino fundamental de nove anos do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD 2010).Tese (Doutorado em Educação) - Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

SOARES, M. Dicionário crítico da educação. **Revista Presença Pedagógica,** jul./ago.,1996, v.2, n.10, p. 83-89.

TIANA FERRER, A. (Org.) **El libro escolar, reflejo de intenciones políticas e influencias pedagógicas.** Madrid: Universidad Nacional de Educación a Distancia-UNED, 2000.

TRINDADE, I. M. F. **A invenção de uma nova ordem para as cartilhas:** ser maternal, nacional e mestra. Queres ler? Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2004.

VINCENT, G.; LAHIRE, B.; THIN, D. Sobre a história e a teoria da forma escolar. **Educação em Revista,** jun., 2001, n. 33, p. 7-47.

RECEBIDO EM 30 DE JULHO DE 2017.

APROVADO EM 20 DE NOVEMBRO DE 2017.